

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE ALAGOAS

Termo de Referência 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	926572-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE ALAGOAS	NATALLY GOMES DA SILVA	15/05/2026 10:47 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		9079603110001199000007 /2026-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 9079603110001199.000007/2026-13)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação, por meio de cartões eletrônicos/magnéticos com chip de segurança, destinados aos empregados e ocupantes de cargos comissionados do CRCAL.
- 1.2. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, Lei nº 14.442/2022 e Decreto nº 10.854/2021.1.3. O critério de julgamento será o MENOR PREÇO, apurado pela MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, vedada a taxa negativa (rebate).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QUANT. ESTIMADA VARIÁVEL	VIGÊNCIA	TAXA ADM %	VALOR UNIT. AOS EMPREGADOS	VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (01 ANO)
1	Administração, gerenciamento e fornecimento de cartão eletrônico-magnético com chip de segurança, em PVC para concessão aos	14109	UND	17	01 um ano (doze meses)	0,0%	R\$ 577,50	R\$ 117.810,00

	empregados do CRCAL, de auxílio vale- alimentação								
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o atraso e/ou inadimplemento do repasse do auxílio de vale alimentação pode gerar danos, resultando em reclamação trabalhista, quando demonstrado o real dano ao empregado, uma vez que pode o comprometer o próprio sustento e de sua família. Tal benefício está ajustado pelo ACT 2025/2026. Sendo assim, a vigência de 12 meses mostra-se adequada, passível de prorrogação.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **01 ano** contados da **assinatura de contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Embora a prestação dos serviços ocorra quase que exclusivamente por meio de sistemas eletrônicos, com documentos produzidos em suportes digitais, a contratada deverá observar todas as diretrizes relacionadas e pertinentes à sustentabilidade na confecção dos cartões, sobretudo no que diz respeito ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis ou outras normas aplicáveis.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto O início da execução ocorrerá em até 01 (um) dia útil após a emissão da Ordem de Serviço.

5.1.1.1. Após a assinatura do contrato, a Contratada deverá iniciar e concluir a implantação do sistema, bem como realizar treinamento e apresentação da rede credenciada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

5.1.2. A prestação dos serviços compreenderá a administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio vale-alimentação aos empregados do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas – CRCAL, por meio de cartões eletrônicos/magnéticos físicos, dotados de chip de segurança, com recargas mensais conforme valores definidos pelo CRCAL.

5.1.3. Os cartões eletrônicos deverão possuir senha individualizada e ser entregues em envelopes lacrados, acompanhados de manual básico de utilização e inicialmente bloqueados. O desbloqueio deverá ocorrer por meio de central de atendimento telefônico ou sistema eletrônico/digital disponibilizado pela Contratada.

5.1.4. Constatados sinais de violação na embalagem dos cartões, o recebimento poderá ser recusado no ato da entrega.

5.1.5. A Contratada deverá fornecer cartões personalizados contendo, no mínimo:

- nome do beneficiário;
- numeração de identificação sequencial;
- controle individual;
- data de validade; e
- demais requisitos previstos na legislação vigente.

5.1.6. A primeira remessa dos cartões deverá ser entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do arquivo eletrônico contendo os dados dos beneficiários, cuja estrutura e leiaute deverão ser previamente informados pela Contratada.

5.1.7. As solicitações posteriores de cartões, inclusive segunda via decorrente de perda, furto, roubo, extravio ou defeito, deverão ser atendidas no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, sem ônus adicional ao CRCAL ou ao beneficiário.

5.1.8. As informações cadastrais dos beneficiários serão fornecidas pelo CRCAL por meio eletrônico, mediante arquivo digital, planilha ou similar, conforme orientações da Contratada.

5.1.9. Os cartões deverão possibilitar a aquisição de gêneros alimentícios “in natura” em ampla rede credenciada de estabelecimentos comerciais, tais como supermercados, hipermercados, mercados, mercearias, açougues, padarias, restaurantes, frutarias, peixarias e similares, com ampla aceitação no Estado de Alagoas, especialmente no município de Maceió/AL.

5.1.10. O CRCAL encaminhará, sob demanda e por meio eletrônico, a relação dos créditos a serem disponibilizados aos beneficiários.

5.1.11. O processamento das informações relativas às operações realizadas deverá ocorrer de forma automática e on-line, permitindo o acompanhamento em tempo real das transações, contendo:

- identificação do usuário;
- valor da operação;
- data e horário;
- estabelecimento utilizado; e
- saldo disponível no cartão.

5.1.12. O CRCAL poderá alterar mensalmente o quantitativo de beneficiários e os respectivos valores dos créditos, devendo a Contratada atender prontamente às alterações, sem cobrança adicional.

5.1.13. Os créditos deverão ser disponibilizados nas datas definidas pelo CRCAL, independentemente de serem dias úteis.

5.1.14. O repasse financeiro aos estabelecimentos credenciados será de inteira responsabilidade da Contratada, inclusive após o encerramento da vigência contratual, durante o período de validade dos cartões.

5.1.15. O CRCAL não responderá solidária ou subsidiariamente por quaisquer obrigações da Contratada perante os estabelecimentos credenciados.

5.1.16. A Contratada deverá disponibilizar central de atendimento telefônico gratuita, do tipo 0800 ou similar, destinada ao suporte do Departamento de Pessoal do CRCAL.

5.1.17. A Contratada deverá disponibilizar atendimento aos beneficiários para:

- bloqueio e desbloqueio de cartões;
- alteração de senha;
- consulta de saldo;
- consulta da rede credenciada; e
- esclarecimento de dúvidas.

5.1.18. Deverá ser disponibilizado aplicativo eletrônico gratuito, compatível com sistemas Android e iOS, para consulta de saldo, extrato e demais funcionalidades pertinentes.

5.1.19. Os dados cadastrais dos beneficiários serão enviados pelo CRCAL mediante arquivo eletrônico, cabendo à Contratada realizar a importação das informações em seu sistema.

5.1.20. Serão disponibilizados apenas os dados necessários à operacionalização do benefício, tais como:

- nome;
- CPF;
- matrícula;
- data de nascimento;
- data de admissão, se necessário; e
- lotação.

5.1.21. Os quantitativos de beneficiários e os valores estimados poderão sofrer alterações ao longo da execução contratual, conforme necessidade administrativa do CRCAL.

5.1.22. Em caso de crédito realizado indevidamente, a Contratada deverá proceder ao estorno ou devolução dos valores no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da solicitação do CRCAL.

5.1.23. A Contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitado, listagem atualizada da rede credenciada.

5.1.24. Os créditos inseridos nos cartões deverão possuir caráter cumulativo, permanecendo disponíveis para utilização em meses subsequentes.

5.1.25. Mesmo após o encerramento do contrato, os créditos remanescentes deverão permanecer disponíveis aos beneficiários até sua integral utilização.

5.1.26. A Contratada deverá manter elevados padrões de segurança nos processos de emissão, gerenciamento dos créditos e disponibilização de senhas, visando prevenir fraudes e falsificações.

5.1.27. A contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, nos termos da legislação vigente.

5.1.28. O valor da contratação compreenderá:

- a) a remuneração pelos serviços prestados, correspondente à taxa de administração, se houver; e
- b) o valor total dos créditos disponibilizados aos beneficiários.

5.1.29. A Contratada deverá encaminhar, em até 03 (três) dias úteis após a disponibilização dos créditos ou realização de estornos, os seguintes relatórios:

- relatório de créditos efetuados;
- relatório de estornos totais ou parciais;
- identificação do beneficiário;
- CPF;
- valor;
- data da operação.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na sede do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas – CRCAL, situada em Maceió/AL, podendo ocorrer de forma remota sempre que compatível com a natureza da contratação.

5.2.1. O suporte administrativo ao CRCAL deverá ocorrer em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

5.2.2. O atendimento aos beneficiários deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer cartões eletrônicos/magnéticos com chip de segurança, confeccionados em PVC, devidamente identificados e acondicionados em envelopes lacrados, promovendo sua substituição sempre que necessário.

5.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4.1. A contratação refere-se à prestação de serviços contínuos de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio vale-alimentação aos empregados do CRCAL, mediante cartão eletrônico /magnético com chip de segurança, em conformidade com a legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

5.4.2. Os serviços serão executados sem dedicação exclusiva de mão de obra.

5.4.3. A proposta comercial deverá conter:

- razão social;
- CNPJ;
- endereço completo;
- telefone e e-mail para contato;
- dados bancários;
- nome e qualificação do representante legal;
- objeto da contratação;
- valor total da proposta;
- taxa de administração, se houver;
- validade mínima de 60 (sessenta) dias;
- assinatura do representante legal.

5.4.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem taxa de administração negativa, em observância à Lei nº 14.442/2022 e ao Decreto nº 10.854/2021.

5.4.5. A proposta deverá conter declaração de que os valores apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos e demais despesas necessárias à execução contratual.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia dos serviços observará as disposições previstas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

5.6. Procedimentos de transição e encerramento contratual

Não serão necessários procedimentos específicos de transição e encerramento contratual, considerando as características do objeto contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por apostilamento.

6.3. As comunicações entre o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas – CRCAL e a Contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, admitindo-se a utilização de correio eletrônico e demais meios digitais formais.

6.4. O CRCAL poderá convocar o preposto da empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas imediatamente.

6.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial entre as partes, com a finalidade de apresentar as diretrizes de fiscalização e gestão contratual, esclarecendo obrigações, rotinas de execução, formas de acompanhamento, critérios de medição e eventuais sanções aplicáveis.

Preposto

6.6. A Contratada deverá designar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, informando seus dados de contato e atribuições.

6.7. Não será exigida a permanência contínua do preposto nas dependências do CRCAL, devendo este permanecer disponível sempre que solicitado.

6.8. O CRCAL poderá recusar, mediante justificativa, a indicação do preposto, hipótese em que a Contratada deverá designar substituto.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal de contrato formalmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.246/2022 e da Portaria CRCAL nº 035/2026.

Fiscalização do Contrato

6.10. O fiscal do contrato acompanhará a execução contratual, observando o cumprimento integral das obrigações pactuadas e verificando a conformidade dos serviços prestados com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

6.11. O fiscal do contrato registrará em processo próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, indicando eventuais inconsistências, falhas ou necessidade de correções.

6.12. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal notificará a Contratada para adoção das providências necessárias, estabelecendo prazo razoável para saneamento.

6.13. O fiscal comunicará ao gestor do contrato quaisquer situações que demandem providências administrativas superiores ou aplicação de medidas que extrapolem sua competência.

6.14. Na hipótese de ocorrência que possa comprometer a execução contratual, o fiscal deverá informar imediatamente ao gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis.

6.15. O fiscal comunicará previamente ao gestor do contrato acerca da proximidade do encerramento da vigência contratual, visando subsidiar eventual prorrogação ou nova contratação.

6.16. A fiscalização exercida pelo CRCAL não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

6.17. Aplicam-se subsidiariamente as disposições constantes da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022, no que couber à presente contratação.

Gestor do Contrato

6.18. Compete ao gestor do contrato:

- 6.18.1.** Coordenar o acompanhamento da execução contratual, mantendo atualizado o processo administrativo com todos os registros pertinentes, inclusive ocorrências, notificações, alterações e prorrogações contratuais.
- 6.18.2.** Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato e adotar as providências necessárias para regularização de eventuais ocorrências.
- 6.18.3.** Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada durante toda a execução contratual, bem como acompanhar os procedimentos relacionados ao empenho, liquidação e pagamento da despesa.
- 6.18.4.** Conferir a documentação fiscal e administrativa apresentada pela Contratada, promovendo o devido encaminhamento para pagamento após o atesto da execução dos serviços.
- 6.18.5.** Controlar os saldos contratuais e de empenho, observando a compatibilidade entre os valores contratados, executados e pagos.
- 6.18.6.** Solicitar, quando necessário, providências relativas à aplicação de glosas, penalidades, reajustes, repactuações, reequilíbrio econômico-financeiro, aditivos ou demais alterações contratuais.
- 6.18.7.** Elaborar relatório conclusivo acerca da execução contratual, contendo informações sobre o cumprimento das obrigações assumidas, qualidade da execução e eventuais ocorrências relevantes.
- 6.18.8.** Providenciar a formalização de processos administrativos de responsabilização, quando identificadas infrações contratuais passíveis de sanção administrativa.
- 6.18.9.** Encaminhar à autoridade competente situações que ultrapassem sua competência administrativa.
- 6.18.10.** Acompanhar a proximidade do encerramento da vigência contratual, avaliando a necessidade de prorrogação ou realização de nova contratação.
- 6.18.11.** Receber e dar o devido encaminhamento às denúncias relacionadas ao descumprimento de obrigações contratuais, trabalhistas, fiscais ou previdenciárias eventualmente praticadas pela Contratada.
- 6.18.12.** Atuar em conformidade com a Portaria CRCAL nº 035/2026, observando as atribuições relacionadas à gestão e fiscalização contratual no âmbito do CRCAL.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto poderá utilizar Instrumento de Medição de Resultado (IMR), quando aplicável, conforme critérios definidos neste Termo de Referência e seus anexos.

7.2. Poderá haver retenção ou glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, quando constatado que a Contratada:

7.2.1. Não atingiu os resultados contratualmente estabelecidos;

7.2.2. Deixou de executar ou executou os serviços em desconformidade com os padrões mínimos de qualidade exigidos;

7.2.3. Descumpriu obrigações previstas no contrato ou apresentou falhas na operacionalização dos serviços.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação de outros mecanismos de fiscalização e avaliação da execução contratual.

Recebimento dos Serviços

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da disponibilização dos cartões e da comprovação da execução dos serviços, mediante verificação da conformidade técnica e administrativa pelo fiscal e gestor do contrato.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado a partir da comunicação formal da Contratada acerca da prestação dos serviços correspondentes ao período de faturamento.

7.6. O fiscal do contrato realizará a verificação da execução contratual, emitindo manifestação acerca do cumprimento das exigências previstas no Termo de Referência e no contrato.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, este ficará responsável pelas atribuições de acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual, devendo registrar formalmente todas as ocorrências verificadas e encaminhá-las ao gestor do contrato para as providências cabíveis.

7.8. Para fins de faturamento, será considerada a efetiva disponibilização dos créditos nos cartões dos beneficiários, considerando a natureza pré-paga da contratação.

7.9. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato deverá:

- verificar a regularidade da execução dos serviços;
- avaliar a qualidade da prestação;
- registrar eventuais ocorrências; e
- encaminhar relatório ao gestor do contrato, quando necessário.

7.10. Será considerado ocorrido o recebimento provisório com a emissão da manifestação formal do fiscal do contrato.

7.11. A Contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, os serviços ou materiais que apresentarem falhas, vícios, defeitos ou irregularidades.

7.12. O ateste dos serviços ficará condicionado à regularização de todas as pendências eventualmente apontadas pela fiscalização.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da regular execução contratual e emissão de termo de recebimento definitivo pelo gestor do contrato.

7.15. Para o recebimento definitivo, o gestor do contrato deverá:

- analisar os relatórios e documentos apresentados;
- verificar a regularidade da execução;
- confirmar o cumprimento das obrigações contratuais; e
- autorizar o encaminhamento da documentação para liquidação e pagamento.

7.16. Caso sejam identificadas irregularidades que impeçam a liquidação da despesa, a Contratada será formalmente notificada para saneamento das inconsistências.

7.17. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto houver pendências a serem solucionadas pela Contratada.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e administrativa da Contratada pela perfeita execução contratual.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável nos termos da legislação vigente.

7.21. Para fins de liquidação, será verificado se a Nota Fiscal contém:

- data de emissão;
- identificação do contrato;
- período de execução;
- valor devido;
- dados bancários; e
- retenções tributárias aplicáveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo ficará suspenso até a regularização pela Contratada.

7.23. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, mediante consulta ao SICAF ou aos demais meios legais de verificação.

7.24. Constatada irregularidade fiscal ou trabalhista, a Contratada será notificada para regularização no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa.

7.25. Persistindo a irregularidade, o CRCAL poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Prazo e Forma de Pagamento

7.26. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a conclusão da liquidação da despesa.

7.27. Em caso de atraso imputável ao CRCAL, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo.

7.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta indicada pela Contratada.

7.29. Será considerada como data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

7.30. Quando cabível, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

7.31. A Contratada optante pelo Simples Nacional deverá apresentar comprovação de enquadramento para fins de tratamento tributário diferenciado.

Antecipação de Pagamento

7.32. A presente contratação admite pagamento antecipado mensal, em razão da natureza pré-paga do benefício de auxílio-alimentação.

Decreto nº 10.854/2021 - Art. 175. As pessoas jurídicas beneficiárias, no âmbito do contrato firmado com fornecedoras de alimentação ou facilitadora de aquisição de refeições ou gêneros alimentícios, não poderão exigir ou receber qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado, prazos de repasse que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos trabalhadores, ou outras verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza não vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do trabalhador.

7.33. A operacionalização observará as disposições da Lei nº 14.442/2022, do Decreto nº 10.854/2021 e da Portaria MTP nº 672/2021.

7.34. A Contratada deverá encaminhar mensalmente Nota Fiscal ou documento equivalente correspondente ao valor dos créditos a serem disponibilizados aos beneficiários do CRCAL.

7.35. O valor mensal poderá variar conforme a quantidade de beneficiários e os valores efetivamente solicitados pelo CRCAL.

7.36. Em caso de inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada deverá restituir os valores pagos antecipadamente, devidamente atualizados monetariamente.

7.37. A liquidação e o pagamento observarão as regras previstas neste Termo de Referência.

7.38. O pagamento antecipado será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado.

Cessão de Crédito

7.40. A cessão de crédito dependerá de prévia autorização do CRCAL.

7.41. A eficácia da cessão de crédito perante a Administração ficará condicionada à formalização de termo aditivo contratual.

7.42. A cessão de crédito não afastará a responsabilidade integral da Contratada pela execução do objeto contratado.

7.43. A eventual cessionária deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e habilitação jurídica, nos termos da legislação vigente.

7.44. Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82/2025, no que couber.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **10% (dez por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **5 (cinco)** dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte cinco por cento) a 30 % (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **25% (vinte cinco por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **de 25% (vinte cinco por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MAIOR DESCONTO.

9.1.1 A presente contratação adotará como regime de execução: empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de

Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente**.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.30.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.33. Não se aplica a presente contratação, tendo em vista não haver necessidade direta de mão de obra.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.39.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.39.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.39.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.39.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.39.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.39.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.39.6.1. ata de fundação;

9.39.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.39.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.39.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.39.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.39.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.39.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da presente contratação foi elaborado com base na quantidade estimada de beneficiários, no valor mensal do auxílio-alimentação atualmente praticado pelo CRCAL e na vigência contratual de 12 (doze) meses, conforme demonstrado na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND. DE MEDIDA	QUANT. ESTIMADA VARIÁVEL	VIGÊNCIA	TAXA ADM %	VALOR UNIT. AOS EMPREGADOS	VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (01 ANO)
1	Administração, gerenciamento e fornecimento de cartão eletrônico-magnético	14109	UND	17	12 meses	0,0%	R\$ 577,50	R\$ 117.810,00

	com chip de segurança, em PVC para concessão aos empregados do CRCAL, de auxílio vale-alimentação							
--	---	--	--	--	--	--	--	--

A quantidade de beneficiários é estimada e poderá sofrer alterações durante a execução contratual, em razão de admissões, desligamentos, afastamentos ou demais modificações no quadro funcional do CRCAL.

10.2. O valor estimado da contratação possui caráter meramente referencial e não gera obrigação de consumo integral por parte da Administração, podendo variar conforme a demanda efetivamente executada durante a vigência contratual.

10.3. A taxa de administração máxima admitida será de 0,00% (zero por cento), sendo vedada a apresentação de taxa negativa, nos termos da legislação vigente aplicável ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas – CRCAL, previstos no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 e compatíveis com o planejamento institucional vigente vinculada ao Plano de Contratação Anual (PCA) Item 23..

11.2. A contratação encontra respaldo orçamentário na seguinte dotação:

- **Projeto:** 2013 – Pessoal, Encargos e Benefícios;
- **Conta Contábil:** 6.3.1.1.01.03.002 – Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT.

11.3. A disponibilidade orçamentária será confirmada previamente à emissão da Nota de Empenho, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à execução orçamentária e financeira do CRCAL.

11.4. Por se tratar de contratação de natureza continuada, a despesa poderá ser consignada em exercícios financeiros subsequentes, observada a existência de dotação orçamentária própria em cada exercício.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I



Unidade: CRCAL

CONTRATO Nº XX/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE ALAGOAS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

O CONSELHOREGIONAL DE CONTABILIDADE DE ALAGOAS–CRC/AL, autarquia federal, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 12.303.541/0001-78, com sede na Rua Dona Tereza de Azevedo, 1526, Pinheiro, CEP. 57057-570 Maceió/AL, Fone: (82) 3194-3030, neste ato representado por seu Presidente, o Contador, **JOSÉ ALBERTO VIANA GAIA** inscrito no CPF sob o n. 136.728.004-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, bem como pelo Regimento Interno do Regional aprovado pela Resolução CRC/AL nº. 294, de 25 de abril de 2019, com alterações previstas na Resolução CRC/AL nº.319, de 03 de dezembro de 2022, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **XXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX** sediada em **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXX**, doravante designada **CONTRATADA**, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 9079603110001199.000007/2026-13 e em observância às disposições da Lei nº14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartões magnéticos/eletrônicos com chip, bem como a gestão e recarga mensal, para a concessão do benefício de auxílio-alimentação aos empregados e ocupantes de cargos comissionados do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL), conforme especificações detalhadas no Termo de Referência.
- 1.2.** A contratação visa assegurar a continuidade da concessão do auxílio-alimentação aos empregados do CRCAL, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2026 e as diretrizes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), observando a Lei nº 6.321/1976, o Decreto nº 10.854/2021 e a Lei nº 14.442/2022, que veda o desvio de finalidade do auxílio-alimentação.
- 1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1.** O Termo de Referência;
 - 1.3.2.** O Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026;
 - 1.3.3.** A Proposta da CONTRATADA;
 - 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste instrumento, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam detalhadamente no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A fiscalização da execução do contrato será exercida por representantes da CONTRATANTE, designados por meio da Portaria CRCAL nº 035, de 16 de março de 2026, competindo-lhes o acompanhamento técnico e administrativo da execução, conforme as atribuições estabelecidas na referida Portaria e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal deste contrato, conforme estabelecido no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E VALOR CONTRATUAL

5.1. O valor global estimado para a presente contratação é de R\$ 117.810,00 (cento e dezessete mil oitocentos e dez reais) anuais, conforme estimativa preliminar do Documento de Formalização de Demanda (DFD).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração (se houver), frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos (recargas mensais de cartões).

5.4. Conforme o art. 3º da Lei nº 14.442/2022, é vedada a exigência ou recebimento de qualquer tipo de deságio (rebate) ou descontos sobre o valor contratado que não estejam previstos em lei.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a comprovação da prestação dos serviços e a disponibilização dos créditos nos cartões dos beneficiários, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização.

6.2. O prazo para pagamento será de até 10 dias úteis, contados do recebimento definitivo da fatura, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, a pedido da CONTRATADA, mediante a aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro que venha a substituí-lo, conforme legislação vigente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, por meio do Gestor e Fiscais designados;

8.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de [PRAZO - ex: 20 dias úteis], a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de PRAZO 15 dias úteis;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.1.5. Comprovar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, mediante a entrega dos documentos pertinentes (prova de regularidade relativa à Seguridade Social; certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), quando não for possível a verificação no SICAF, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento;

9.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.1.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- 9.1.9.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.10.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.11.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.1.12.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.1.13.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, incluindo a disponibilização de rede credenciada ampla e compatível com as necessidades dos beneficiários em Maceió/AL e região metropolitana, e a garantia de substituição de cartões em caso de perda, furto ou dano, no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência;
- 9.1.14.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.1.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.16.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.1.17.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.1.18.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.1.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.1.20.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.1.21.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.1.22.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminar os dados pessoais, salvo nas hipóteses previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ANTICORRUPÇÃO E INTEGRIDADE

11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção (Lei nº 12.846/2013) e comprometem-se a não praticar atos ilícitos que possam comprometer a execução contratual.

11.2. A CONTRATADA deverá manter canal de denúncias e mecanismos de integridade durante a vigência do ajuste, bem como assegurar que seus empregados e subcontratados (se houver) ajam em conformidade com a legislação anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- I. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato que não justifique a imposição de penalidade mais grave;
- II. Multa, que poderá ser:

a) Moratória: de [sugestão: 0,5%] por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de [sugestão: 10%] do valor total do contrato;

b) Compensatória: de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme estabelecido no art. 156, §3º da Lei nº 14.133 /2021, pela inexecução total ou parcial do objeto;

- III. Impedimento de licitar e contratar, quando a CONTRATADA incorrer nas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando a CONTRATADA incorrer nas infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a de impedimento, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2. O cálculo da multa compensatória observará a gravidade da infração, os danos causados à Administração e a vantagem auferida pela CONTRATADA, respeitando sempre os limites de 0,5% a 30% do valor do contrato.

12.3. As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados, da garantia contratual (se houver) ou cobradas judicialmente, se for o caso.

12.4. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, conforme o art. 156, §9º da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, por ato unilateral da Administração, por acordo entre as partes ou por decisão judicial /arbitral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS E FORO

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

14.2. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Alagoas, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Maceió/AL, [DIA] de [MÊS] de 2026.

JOSÉ ALBERTO VIANA GAIA

Presidente do CRCAL

(CONTRATANTE)

[NOME DO REPRESENTANTE]

[CARGO]

(CONTRATADA)

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NATALLY GOMES DA SILVA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 10:47:01.

LUCAS DAVID DA SILVA LIMA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 10:47:27.